

Libras como uma linguagem interação social dos surdos na educação do campo através do atendimento educacional especializado

Libras as a language social interaction of the deaf in the education of the field through specialized educational care

Maria Jacilene Reis dos Santos

Professora graduada em Normal Superior

Universidade Estadual do Amazonas _UEA

Mestre em Ciências da Educação

Universidade Del Sol- UNADES

<https://orcid.org/ID: 0000-0002-1872-8476>

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa

Professora da Educação básica no município de Coari-AM

Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Doutora e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de San Lorenzo

<https://orcid.org/ID 0000-0001-9353-2185>

<http://lattes.cnpq.br/1004775463373932>

DOI: 10.47573/aya.5379.2.89.18

RESUMO

O interesse, ao abordar este tema, é de conhecer a realidade dessa demanda para pesquisar sobre o trabalho dos profissionais da educação, averiguar se os profissionais, como também conhecer métodos investigativos juntos com os professores da educação do campo com seus alunos surdos. O objetivo central é analisar libras como a melhoria da linguagem de interação social dos surdos na educação do campo através do atendimento educacional especializado, desafio e perspectivas no município de Tefé/ Amazonas/Brasil, em 2020, o enfoque da investigação foi qualitativo e quantitativo de forma analítico- descritivo de nível sequencial. O resultado esta na base da pesquisa voltado para as Libras, Língua Brasileira de Sinais é inclusiva todos que a utilizam, pois a mesma tem que ser inseridos desde o começo da vida dos surdos e pessoas sem deficiências, por que ser inserido e inserir e um olhar diferenciado e nem julgá-los pobres coitados. Porém os alunos surdos desenvolve varias capacidade tais como trabalhar, utilizando linguagem sinais e gestos.

Palavra-chave: libras. atendimento especializados. educação do campo.

ABSTRACT

The interest, when approaching this topic, is to know the reality of this demand to research the work of education professionals, to find out if the professionals, as well as to know investigative methods together with the teachers of rural education with their deaf students. The central objective is to analyze Libras as the improvement of the language of social interaction of the deaf in rural education through specialized educational service, challenge and perspectives in the municipality of Tefé / Amazonas / Brazil, in 2020, the focus of the investigation was qualitative and quantitative of analytical-descriptive form of sequential level. The result is on the basis of the research focused on Libras, Brazilian Sign Language is inclusive of all who use it, as it has to be inserted from the beginning of the life of the deaf and people without disabilities, why be inserted and insert and a look different and not judge them poor people. However, deaf students develop various skills such as working, using sign language and gestures.

Keywords: libras. specialized service. rural education.

INTRODUÇÃO

O interesse, ao abordar este tema, a libras como uma linguagem interação social dos surdos na educação do campo através do atendimento educacional especializado, desafio e perspectivas. Tefé/AM que será feita para que refletem sobre a libras como linguagem de interação social dos surdos, é de conhecer a realidade dessa demanda para pesquisar sobre o trabalho dos profissionais da educação, averiguar se os profissionais, como também conhecer métodos investigativos juntos com os professores da educação do campo com seus alunos surdos.

Nessa linguagem de interação social dos surdos na educação estimulamos os coordenadores fazeres mais cursos para os professores, como mudanças de atitudes com os alunos não surdos respeitado os alunos surdos, dentro da sala de aula, tendo seus direito respeitado por todos.

Aonde ações de tratamento da linguagem de interação social dos surdos na educação seja planejada pelos coordenadores e professores juntamente com as famílias dentro das escolas. A libras como uma linguagem de interação social dos surdos na educação do campo, tento os profissionais que se dedicam ao planejamento, atividades diferenciadas junto formado uma equipe entre os profissionais dentro do seu planejamento, coordenadores e gestores da educação.

PERCEPÇÃO DO PROBLEMA

A libras como uma linguagem de interação social dos surdos têm seus primeiro sinais na infância, aonde o papel da escola junto com as famílias e os profissionais ter condições de atender os alunos sendo obrigatório o atendimento de crianças com deficiência na sala de aula juntamente com alunos não surdos.

Considerar-se que o transtornos estão relacionado, com depressão o adolescente pode apresentar dificuldade para controlar as emoções, em caso que apresenta alguns sinais de depressão por não saber sua língua de sinais no campo é muito difícil, eles fale sua língua caseira por isso os professores tem que sempre fazer cursos para eles se sentir seguro quanto entre em uma sala de aula, é ai que entra as família dentro da escola acompanhado os adolescente na sala de aula nos primeiro dia de aula e sempre fala para o profissional como seu filho é e como é seu comportamento e aonde ele tem mais dificuldade.

Aonde entra o papel da escola junto com as família para da o melhor e segurança aos alunos ao entra na sala de aula juntamente com seu professor. Sabemos que adolescente sempre tem que passa por acompanhamento dentro da escola.

MARCO TEÓRICO

Aonde o movimento da “Educação do Campo” consolidou-se nos anos 2000 no Brasil como um fenômeno (...) que visa incidir sobre politica de educação desde os interesse sociais das comunidade camponesa (CALDAR,2012,p.257).

Dentro do ensino fundamental, a educação rural mostrava-se especialmente vulnerável e foi por isso priorizada (FAO/UNESCO,2004).

Língua linguagem – Lyons (1987) Define linguagem como um sistema de comunicação natural. O autor fala que a linguagem tem um conhecimento que ele são capazes de se desenvolver com as pessoas dentro e fora do seu ambiente social.

LINGUAGEM, LÍNGUA, AQUISIÇÃO DE LIBRAS E A EDUCAÇÃO DE SURDOS

A aquisição da linguagem pela criança surda passa por processos semelhantes aos das crianças ouvintes, contudo, a família pode levar muito tempo até perceber a surdez (QUADROS; PIZZIO, 2011), o que acarreta perdas significativas no processo de desenvolvimento linguístico dessa população. O contato com a Língua de Sinais tem sido tardio para as crianças surdas

brasileiras, estas têm, muitas vezes, o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais-Libras apenas no momento em que ingressam na escola.

Desse modo, o delineamento de conceitos, a investigação e o debate são necessários para nortearem as filosofias educacionais, assim como a opção pelas formas de interação com crianças surdas nos contextos escolar e familiar.

Linguagem e Língua: diferentes enfoques

A definição de linguagem e língua não é algo simples, pois são temas complexos que poderão ser melhor compreendidos com a análise da evolução desses conceitos. Os estudos desenvolvidos, por exemplo, pelo linguista Ferdinand Saussure, (2006) apontam que, se estudarmos esses termos separadamente, podemos correr o risco de não percebermos a dualidade existente entre língua e linguagem, e que, se estudarmos a linguagem sob os vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da linguística nos aparecerá como um aglomerado de ideias confusas, sem ligação entre si.

Por outro lado, essa dificuldade pode ser superada, se estudarmos primeiramente a língua, essa sim pode ser analisada em separado, pois aparece como norma para outras manifestações da linguagem (SAUSSURE, 2006).

Refletindo sobre a aquisição de linguagem no campo da surdez, Moura, (2014) pondera que todo bebê ouvinte está ligado, pelo canal auditivo, ao mundo da linguagem, o que faz com que ele comece a dar sentido ao que escuta. Isso não lhe é ensinado, mas é adquirido de forma natural à medida que fica exposto à linguagem. Conforme a autora,

Esse é o papel da mãe (ou do cuidador) nos primeiros meses de vida da criança – possibilitar que ela possa ser considerada alguém que virá a falar e assim considerá-la; a mãe falará com o bebê como se ele a entendesse, e ele passará verdadeiramente a entendê-la num processo de ir e vir. A mãe reage à criança, que responde a mãe, e assim a linguagem se instala de forma natural, sem que ninguém pense nela como algo que exija esforço, nem por parte dos que cuidam da criança, nem por parte da própria criança. É algo natural que encaramos: é assim que as coisas são (MOURA, 2014, p. 14).

É importante destacar que o processo de interação entre a criança, sua mãe ou seu cuidador deve acontecer logo ao nascer, e esse contato fará com que a aquisição da linguagem aconteça de forma natural, por meio da interação do par didático, passando a constituir a forma de comunicação entre os participantes dessa díade.

Borges e Salomão, (2003) realizaram estudo sobre a aquisição da linguagem infantil com base na perspectiva da interação social, evidenciando a importância dessa interação para a aquisição da linguagem, segundo as autoras:

A linguagem é considerada a primeira forma de socialização da criança, e, na maioria das vezes, é efetuada explicitamente pelos pais através de instruções verbais durante atividades diárias, assim como através de histórias que expressam valores culturais (BORGES; SALOMÃO, 2003, p. 237).

As autoras pontuam que é por meio da linguagem que a criança, mesmo antes de aprender a falar, tem acesso a valores, crenças e regras. Acrescentam que a relação das crianças com os adultos é essencial para o desenvolvimento das habilidades linguísticas, a interação social é componente necessário para a aquisição da linguagem.

Nossa vida em sociedade, por sua vez, está em constante evolução, a língua acompanha essa evolução, sofrendo as mudanças decorrentes disso. Palavras deixam de ser usadas e novas palavras são diariamente acrescentadas ao nosso vocabulário. Com isso, Martelotta, (2009) nos diz que as línguas variam de acordo com as mudanças socioculturais que caracterizam a vida em sociedade. Variam também pela necessidade que os grupos sociais têm de identificar-se, como também pela necessidade de se buscarem novas formas de relações sociais (MARTELOTTA, 2009).

Martelotta, (2009) define a linguagem como “a capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio de línguas” (MARTELOTTA, 2009, p. 16). Pode-se dizer nesse sentido que o termo “língua”, por sua vez, é definido como um sistema de signos vocais utilizados por membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística. O autor, ao mencionar “signos vocais”, faz um adendo explicando a Língua de Sinais como um sistema em que não há os signos vocais e, sim, os signos visuais. Um sistema considerado língua pela maioria dos autores, e que, embora não se marque por sinais sonoros, apresenta as características básicas das línguas naturais.

Jakobson (1967), linguista da linha estruturalista, apresenta a linguagem como sendo o instrumento mais importante da comunicação informativa, comunicação essa que acontece entre os membros de uma sociedade ou de um grupo social. Segundo o estudioso, todos os outros símbolos são acessórios ou derivados. Jakobson, ao analisar os fatores fundamentais da comunicação, postula que qualquer ato de fala envolve uma mensagem e que esta traz consigo quatro elementos: o emissor, o receptor, o tema e o código utilizado. Para ele, “o intercâmbio verbal, como qualquer forma de relação humana, requer ao menos dois interlocutores” (JAKOBSON, 1967, p. 27).

Um processo de comunicação normal opera com um codificador e um decodificador. O decodificador recebe a mensagem. Ele conhece o código. A mensagem é nova para ele, e, por via do código, ele a interpreta. [...] É a partir do código que o receptor compreende a mensagem (JAKOBSON, 1967, p. 27).

Sem essa interpretação da mensagem, qualquer comunicação seria impossível. Tanto o emissor quanto o receptor devem conhecer o código usado, ou seja, a mensagem a ser passada precisa ser clara entre ambos para haver a comunicação. Para o autor, “uma das tarefas essenciais da linguagem é vencer o espaço, abolir a distância, criar uma continuidade espacial [...]” (JAKOBSON, 1967, p. 27).

Guilherme Henrique May, em sua dissertação de Mestrado, (2011), faz reflexão sobre a teoria da variação e mudança, proposta por William Labov, mais especificamente sobre o componente social da linguagem. Nesse trabalho, May, (2011) analisa o conceito de fato social proposto por Labov, em que há uma possibilidade maior de ação da comunidade sobre a língua, ou seja, Labov coloca a língua como fato social em contato com a língua e a sociedade.

[...] a língua é um objeto de natureza social, e não individual [...]. As línguas devem ser estudadas não apenas em suas relações internas, como defendiam os estruturalistas, mas em seu contato com fatores sociais, culturais e estilísticos (MAY, 2011, p. 83).

Para May, (2011), Labov entende que a língua não se presta apenas à comunicação das pessoas, a língua pertence à comunidade e o significado social das formas linguísticas ocupa papel de destaque.

Para as autoras, sob a perspectiva da interação social, as experiências ou as informações do ambiente linguístico da criança são consideradas muito importantes na aquisição da linguagem. Essas informações, segundo elas, são chamadas de *input*, a experiência proporcionada pelo uso da linguagem em interações. Estudiosos da aquisição da linguagem, na perspectiva da interação social, apesar de reconhecerem a importância do *input* no processo de aquisição da linguagem infantil, relatam que, dependendo do nível de desenvolvimento infantil quanto ao estágio linguístico ou quanto à idade, haverá influência na forma como ela fará uso desse *input*. A variação de contextos, marcados pelos diferentes modelos de usos da linguagem, é outro fator que pode influenciar a forma de recebimento do input. Borges e Salomão, (2003) concluem que:

Todos esses aspectos são enfatizados pela teoria da interação social, que busca romper o dualismo natureza versus ambiente que prevaleceu por tanto tempo nas explicações sobre a aquisição da linguagem (BORGES; SALOMÃO, 2003, p. 328).

AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

A deficiência auditiva é caracterizada por uma perda sensorial que acarreta prejuízos nas percepções do som do ambiente. Quando ocorrida na primeira infância, a deficiência auditiva pode comprometer o desenvolvimento social e cognitivo, bem como o desenvolvimento linguístico da criança. Quadros, (1997) apresenta estudos acerca da aquisição de linguagem e pontua que crianças, ao adquirirem uma língua, o fazem de forma natural, sem serem ensinadas. Essa aquisição acontece muito cedo, por volta dos quatro anos de idade, quando elas ainda nem foram para a escola. Segundo a autora, toda criança exposta a uma língua a aprenderá, dependendo do *input* a que ela é exposta (QUADROS, 1997). Por exemplo, em uma família brasileira que se muda para a Inglaterra (e usa a língua inglesa) e em que a mãe está grávida e seu filho nasce lá, a criança, mesmo sendo filha de brasileiros, adquirirá a língua inglesa. O contrário também é verdadeiro, uma criança de outro país que venha a morar no Brasil e que não tenha ainda adquirido a língua aprenderá a Língua Portuguesa.

Nesse caso, essas crianças aprenderão a Língua Portuguesa oral com seus outros familiares, com vizinhos e amigos ouvintes dos familiares, tornando-se bilíngue⁴. Para as crianças surdas, filhas de pais ouvintes (que não usam a Libras), a situação é mais complexa, pois o *input* que a criança receberá será a Língua Portuguesa oral, mas não será efetiva, em razão da condição biológica da criança (QUADROS, 1997). Isso poderá trazer transtornos e atrasos significativos na aquisição da linguagem e da Língua de Sinais.

Nas últimas décadas, as investigações sobre o desenvolvimento da linguagem da criança surda têm possibilitado melhor compreensão acerca do processo de aquisição da Língua de Sinais e da aprendizagem por essas crianças. Quadros, (1997) levanta pesquisas referentes à aquisição de Língua de Sinais em crianças surdas e conclui que o processo de aquisição de Línguas de Sinais é semelhante ao processo de aquisição das línguas faladas. A pesquisadora descreve os períodos por que a criança passa até adquirir a linguagem: período pré-linguístico, estágio de um sinal, estágio das primeiras combinações e estágio de múltiplas combinações.

O Período pré-linguístico compreende o período do nascimento até os 14 meses de idade. Nessa fase ocorre o balbucio tanto em bebês surdos quanto em bebês ouvintes. Nela são observadas duas formas de balbucio manual: o silábico e a gesticulação. O primeiro apresenta combinações próprias do sistema fonético das Línguas de Sinais, enquanto que o segundo não

apresenta organização interna. De acordo com a autora:

Os dados apresentam um desenvolvimento paralelo do balbucio oral e do balbucio manual. Os bebês surdos e os bebês ouvintes apresentam os dois tipos de balbucio até um determinado estágio e desenvolvem o balbucio da sua modalidade. É por isso que os estudos afirmam que as crianças surdas balbuciavam (oralmente) até um determinado período. As vocalizações são interrompidas nos bebês surdos assim como as produções manuais são interrompidas nos bebês ouvintes, pois o input favorece o desenvolvimento de um dos modos de balbuciar (QUADROS, 1997, p. 70-71).

O estágio das primeiras combinações ocorre por volta dos dois anos. É nesse período que as crianças surdas começam a utilizar os primeiros sinais como forma de comunicação. Estudos feitos com crianças surdas americanas mostram que nesse período a ordem das palavras usadas é SV-Sujeito-Verbo, VO-Verbo-Objeto e posteriormente SVO-Sujeito-Verbo-Objeto. Essa ordem é utilizada para o estabelecimento das relações gramaticais. Nesse estágio, as crianças começam a usar o sistema pronominal de forma inconsistente (QUADROS, 1997).

Na Libras, Quadros, (1997) constatou algumas combinações de sinais, normalmente envolvendo dois a três sinais. Ela observou crianças surdas em situação de uso de Língua de Sinais e concluiu que algumas omitem o sujeito, mas não o objeto. A autora discorre que essa omissão está relacionada ao uso do espaço que ainda não é percebido de forma consistente nesse período.

Quadros, (1997) constatou, ainda, que na Libras a criança surda começa a usar os verbos de concordância verbal com referentes presentes, por volta dos três anos. Com referentes não presentes houve algumas ocorrências, mas de forma inconsistente, posto que os estabelecimentos e a identidade dos locais não foram feitos de forma substancial.

A pesquisadora concluiu que toda criança surda que seja exposta à Língua de Sinais, proporcionada por seus pais surdos, terá desenvolvimento linguístico sem nenhuma deficiência, e que esse desenvolvimento ocorre em período semelhante aos de crianças ouvintes expostas à língua oral (QUADROS, 1997). A aquisição de Libras pela criança surda é fator crucial no seu processo de escolarização, pois é por meio da Língua de Sinais que o sujeito surdo interage e dá significado ao mundo a seu redor. Por intermédio da Libras (L1), ele poderá aprender a Língua Portuguesa escrita (L2), em momento distinto ao do processo de aquisição da Libras (BRASIL, 2007).

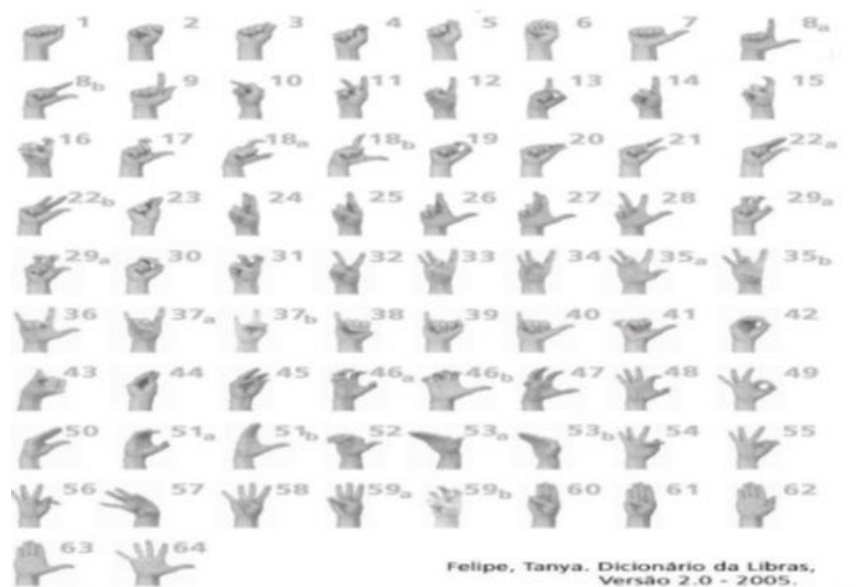
Fonologia das Línguas de Sinais

As Línguas de Sinais são línguas naturais de modalidade visual-espacial em que a informação é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos (QUADROS, 2004a). Apesar da diferença entre as Línguas de Sinais e as línguas orais, estudiosos adotaram o termo “fonologia” para também referirem-se aos estudos dos elementos das Línguas de Sinais. Willian Stokoe, (1960, *apud* QUADROS, 2004a) propôs um “esquema linguístico” de estudo das Línguas de Sinais decompondo os sinais em três principais parâmetros, que, isoladamente, não carregam significado em si. São eles: a configuração de mãos-CM, a locação- L e o movimento-M. A ideia é a de que os parâmetros são unidades mínimas (fonemas) que constituem morfemas nas Línguas de Sinais, assim como são analisados nas línguas orais. Estudos posteriores aos de Stokoe sugeriram a inclusão de mais dois parâmetros: a orientação das mãos-Or e as expressões não manuais-ENM.

Configuração de Mãos-CM. Segundo Ferreira Brito (1990, *apud* QUADROS, 2004a), na

Libras existem 46 configurações de mãos. Posteriormente a esses estudos, Tanya Felipe, (2005) apresenta 64 configurações, conforme figura 1. As CMs são as formas que as mãos assumem para produzir os sinais nas Línguas de Sinais. Podem ser feitos com uma das mãos (a mão predominante): a direita para os destros e a esquerda para os canhotos. Os sinais ainda podem ser produzidos com configurações nas duas mãos, de forma simultânea ou consecutiva.

Figura 1 - Alfabeto e Libras



Fonte: <https://pt.scribd.com/doc/89900638/Professor-MEC-LibrasEmContexto>

Locação-L. Conhecida também como ponto de articulação-PA, é o local onde incide a mão predominante para a execução do sinal (ver figura 2). O local pode corresponder a uma parte do corpo, ou à frente do sinalizador (espaço neutro). Segundo (QUADROS, 2004a), o espaço à frente do sinalizador é chamado de espaço de enunciação, equivale a um quadrante medido da extensão do braço esquerdo, virado para o lado direito; do braço direito, virado para o lado esquerdo, um palmo acima da cabeça e até à altura da cintura. Alguns sinais são feitos acima da cabeça, como, por exemplo, o sinal de CÉU e o de NUVEM. A imagem a seguir refere-se ao sinal “VOVÔ” e apresenta um exemplo de locação no queixo, com movimento de mão fechada, tocando duas vezes no queixo.

Movimento-M. Os movimentos são itens presentes na formulação dos sinais, mas alguns sinais podem não ter movimento (os sinais BRINCO e CASTIGO, por exemplo). Existem ainda variações nas formas de movimentos como velocidade, direcionalidade, repetições. Cada uma dessas variações pode alterar os sinais, mudando também sua significação.

Língua de Sinais no Brasil

Quadros, (2004a) e Lacerda, (2014) realizaram pesquisas e estudos que demonstram que a Língua de Sinais tem as mesmas propriedades das línguas naturais, o que a coloca com o status das línguas orais. Trata-se de uma língua natural como qualquer outra, havendo apenas a diferença na modalidade, enquanto as línguas orais caracterizam-se pela modalidade oral-auditiva, ou seja, os indivíduos usam a fala e a audição para a comunicação, a Língua de Sinais caracteriza-se pela modalidade visual-espacial: seus usuários usam as mãos para a sinalização e recebem informação por meio dos olhos, havendo, então, a comunicação entre os falantes.

Harrison explica que:

A pessoa “recebe” a sinalização pela visão, razão pela qual as línguas de sinais são chamadas de visuoespaciais ou espaço-visuais. Dependendo do tipo de enunciado produzido, dos sinais utilizados, do que se deseja expressar, pode-se obter uma sinalização em que vários sinais podem ser feitos simultaneamente, pois no caso dos movimentos envolvidos, não há impedimento anatômico (HARRISON, 2014, p. 31-32).

A Libras cumpre o papel de língua para a criança surda, assim como a Língua Portuguesa (oral) cumpre esse papel para a criança ouvinte. Antes de a família da criança surda perceber sua surdez, a criança usará instintivamente o canal visual para ter acesso às informações de mundo. Mesmo que a família leve algum tempo para perceber tal fato, a criança, de modo instintivo, buscará formas de interação com os pais e modos de apreensão de mundo por meio da visão. A Língua de Sinais é visual e isso possibilita a construção dos sentidos e significados de mundo de forma muito acessível ao surdo. A criança surda não necessitará do *input* auditivo para ter compreensão de mundo, se for exposta à Língua de Sinais na mais tenra idade. Essa é uma forma de comunicação que independe da audição (LACERDA, 2014).

Em 2005 o governo brasileiro publicou o Decreto 5.626, que regulamenta a Lei 10.436, e que traz em seu texto várias recomendações de acessibilidade ao surdo. Entre elas a inclusão da Libras como disciplina obrigatória em cursos de licenciatura; a estruturação da formação do professor e do instrutor de Libras, dando-se prioridade aos surdos nessas formações; a obrigatoriedade do uso e da difusão da Libras para que as pessoas surdas tenham acesso à educação. Para tanto, o Decreto disciplina sobre o acesso à informação e a cursos de formação de professores para o ensino da Libras:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1^a Para garantir o atendimento educacional e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos (BRASIL, 2005).

No espaço escolar a criança surda deve ter a possibilidade de ver a Língua de Sinais circulando em diferentes contextos, de ter contato com surdos de várias idades, pois pessoas de idades diferentes comunicam-se de forma diferente. Não se pode limitar a comunicação da criança surda somente com o intérprete. Segundo Moura, (2014, p. 19): “O que deve estar sempre claro é que a aquisição de linguagem se dá em situações espontâneas e não em situações artificiais”. Desse modo, a escola torna-se um espaço inclusivo ao surdo quando pensa em modificações simples, mas que não são consideradas em muitas escolas em que há alunos surdos incluídos, como, por exemplo, o sinal sonoro.

A escola, quando adaptada para o aluno surdo, respeita suas diferenças e faz esforço para inseri-lo nas atividades de vida diária que são transmitidas pela audição. Dessa forma, é importante que ele possa ter conhecimento das informações que são apresentadas pelo som, mas que lhe devem ser interpretadas de um jeito que ele possa apreendê-las. Podemos citar, por exemplo, o sinal da escola. Ele não pode ser percebido pela audição, mas pode sê-lo de uma forma muito simples: com a luz piscando em lugar do som. A utilização da luz substituindo o som em muitas ocasiões é considerada, por alguns, como aspecto da cultura surda, mas é importante destacar aqui que a consideração pela diferença e o uso de adaptações transmitem aos estudantes a ideia de que eles são respeitados como surdos, e é nessa consideração que se sustenta a cultura que faz com que eles possam se saber diferentes, especiais enquanto únicos, como todos têm o direito de ser: não pela falta de audição, mas pelo jeito de serem tratados (MOURA, 2014, p. 23).

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM LIBRAS

Esse atendimento contribui para que o aluno com surdez participem das aulas, compreendendo o que é tratado pelo professor e interagindo com seus colegas.

O AEE em Libras ocorre em horário oposto ao da escolarização o professor do AEE trabalha com os conteúdos curriculares que estão sendo estudado no ensino comum em Libras, articuladamente com o professor de sala de aula. Trata-se de um trabalho complementar ao que está sendo estudado na sala de aula, de uma exploração do conteúdo, em Libras; em que o professor de AEE retoma as idéias essenciais, avaliando durante o processo o plano de atendimento do aluno com surdez.

O planejamento do AEE em Libras é atribuição do professor deste atendimento, conforme as seguintes etapas essenciais:

- Acolhimento de todos os alunos, que precisam ser valorizados, mantendo uma relação de respeito e confiança com o professor.

- A identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos contemplando a avaliação inicial dos conhecimentos dos alunos.

Desenvolvimento de linguagem e apropriação da libras como primeira língua por crianças surdas e práticas de letramento

Na década de 1980, teve início um movimento mundial defendendo a implantação de uma proposta educacional bilíngue para surdos. No Brasil, essas discussões ganharam maior visibilidade na década de 1990 e, nesse período, começaram-se movimentos sociais, liderados e apoiados pelas comunidades surdas brasileiras e por pesquisadores surdos e ouvintes, visando ao reconhecimento da língua brasileira de sinais (Libras) e a implantação da educação bilíngue para surdos, em nosso país. Em termos gerais, a educação bilíngue considera que os surdos devam se apropriar da língua de sinais como primeira língua (L1), nas relações sociais estabelecidas, preferencialmente, com surdos adultos usuários da língua e participantes ativos do processo educacional de seus pares. A linguagem escrita da língua portuguesa, nesse contexto, é entendida como segunda língua (L2).

MARCO METODOLÓGICO

Local de investigação

Tefé é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, era de 59 250 habitantes. Sua área territorial é de 23 808 quilômetros quadrados, sendo o quadragésimo oitavo maior município do Brasil em área e o vigésimo terceiro do Amazonas.

Está distante 523 quilômetros de Manaus, capital do estado, e 2 304 quilômetros de Brasília, capital nacional.

A cidade fica às margens do lago Tefé, lago formado pelo alargamento do rio de mesmo nome nas proximidades de sua foz, que é um dos afluentes do Rio Solimões na sua margem direita.

Tefé possui um IDH de 0,639(médio), típico das cidades do interior do estado. A principal fonte de renda da cidade é o comércio local e a agricultura, uma vez que são escoados vários alimentos para outras cidades, inclusive a capital, Manaus.

Enfoque da investigação

O enfoque da investigação foi qualitativo e quantitativo de forma analítico de nível sistêmico, segundo Alvarenga, (2012, p. 59), o estudo se realiza geralmente com grupos sociais pequenos. É uma das técnicas utilizada por antropólogos no contexto natural, por longo período de tempo. Seu objetivo é analisar e descrever a cultura da comunidade, explicando seus costumes, hábitos, crenças, e praticas com o desejo de descobrir os padrões de vida da comunidade estudada.

Desenho da investigação

Pesquisa de campo conforme Alvarenga, (2012, p. 61), denomina-se o processo de coleta de dados, de acordo com a investigação, pode durar penas horas, meses, dias e inclusive anos. E o momento de realização de entrevistas, aplicação dos questionários, ou outros instrumentos, a pesquisa tem o desenho sequencial.

População e amostra

População

Segundo Alvarenga Universo a população, constitui a população que comporá o estudo, na qual se apresentam as características que se deseja estudar, e a qual se generalizará o estudo. É formado pelo conjunto de pessoas ou casos que integra a comunidade a ser estudada. O universo pode estar constituído por pessoas, família. E a amostra é o processo de selecionar uma parte representativa da população para ser estudada. Portanto a população estudada da Escola Municipal Caminho Do Saber, segundo pesquisa da internet informada no senso, a unidade escolar possui capacidade 200 matrículas, porém tem 121 matriculados, 10 turmas, 2 turmas multidisciplinares, 5 sala, funcionar nos 3 turnos e 1 Secretário, 11 Professores

Amostra

O período de pesquisa teve uma duração de 4 meses no segundo semestre (2020) para a pesquisa de campo momento de observação e aplicação de questionários, amostra foi 11 professores, 1 secretário. Toda amostra foi intencional, com dados tabulado pelo programa do Excel.

Técnicas de análises de dados

A investigação foi analisado com diferentes técnicas utilizada na coleta de dados que propiciaram a elaboração do material discursivo em estudo.

Uma das técnicas foi a análises bibliográfica dos autores que abordam principalmente o estudo sobre a educação inclusiva através do fichamento referentes a fontes materiais e virtuais como: com leituras e reflexão em livros, revistas, artigos, monografias e teses.

Análises descritiva observacional dos educadores que atendem alunos com necessidades especiais especificas em turma de ensino regular observando suas metodologias e estratégias de ensino no que tange a educação inclusiva.

MARCO ANALÍTICO

Diante disso, foi necessário a observação de campo não participativa, na qual, acompanhou-se as aulas nas salas de aula, onde foi possível perceber que muitos educadores tem dificuldades em ministrar aula quando tem em sua sala aluno com necessidades especiais. Pois diversas vezes foi observado que o professor não prepara sua aula com antecedência pois o mesmo não tem planejamento.

No Segundo Semestre de 2020 foi observado em uma sala do 5º ano, o professor tem uma aluna deficiente visual a mesma ficou a tarde toda sentada na sala de aula apenas ouvindo a professor e não fez nenhuma atividade. Turma do 3º ano a professora tem um aluno autista, pois durante a observação percebi que o aluno mesmo com sua dificuldade de concentra-se na sala de aula, mas a professora conseguia inserir o alunos na atividade do dia, também a educadora apresentou uma atividade lúdica de acordo com o conteúdo trabalhado no dia. Na turma do 2º ano nessa sala a professora tem um aluno com síndrome de Down o aluno tem bastante vergonha e não consegui interagir com os demais colegas, ficou sempre no sua cadeira e não conseguiu fazer as atividades a professora também não fez questão de incluir o aluno nas atividades o aluno ficou apenas segregados na sala de aula a tarde toda.

A tabela abaixo demonstra as categorias de perguntas e resumo. As perguntas de 01 a 04 foram iguais para todos:

Tabela 1 – Identificação das perguntas e resumo das resposta dos participantes da investigação

Perguntas	Secretario	Professor
Identificação entre os participantes	1	11
Há quanto tempo você trabalha como professor (a) na área da educação?	Dos participantes cinco (05) responderam que atuam entre a 10 anos e (06) responderam atuar há mais de 15 anos. Diante do apresentado mostra que os participantes tem muitas experiências no magistério, isso contribui para o aprendizado dos educandos.	

Formação acadêmica.	Referente a formação acadêmica, todos responderam possuir especialização na área da educação, isso mostra terem conhecimento e qualificação profissional.
A escola possui acessibilidade	Todos responderam que a escola possui acessibilidade.
Perguntas	Secretario
6. Em sua opinião, a escolas cumprir com a legislação educativa para alunos com necessidades especiais?	Respondeu que não.
7. Na sua escola tem projetos de inclusão dos alunos com necessidades especiais	Respondeu que não
8. Há realização de cursos de capacitação por parte da referida instituição sobre a inclusão?	Respondeu que acontece as vezes.
9. São realizadas na comunidade escolar, palestras de conscientização sobre a importância da inclusão escolar de modo geral, sendo?	Sim, nas reuniões de pais e mestre sempre focamos a importância da participação de todos os alunos que acontece no bimestre
10. O aluno com necessidades especiais pode participar de todas as atividades e interagir em todos os espaços da escola?	Sim, participando das aulas de educação física, biblioteca, sala de vídeo e dos projetos executados pela escola.
11. Na sua opinião o que é inclusão?	Inclusão acontece quando todos os alunos participam das atividades seja na sala de aula ou na sociedade.
12. Quais as adaptações curriculares realizadas a fim de atender às necessidades e particularidades linguísticas e de aprendizagem do(s) aluno com necessidades especiais?	O professor não soube responder
14. Quais as adaptações curriculares realizadas pelo pedagogo(a) quanto instituição faz afim de atender às necessidades e particularidade linguísticas e de aprendizagem do(s) aluno com necessidades especiais?	O professor não soube responder
15. Quais propostas pedagógicas a escola quanto instituição possui para uma política de educação inclusiva?	Respondeu que possuir o projeto político pedagógico que está sendo revisado e pautado na perspectiva da educação inclusiva, visando garantir que o educando com necessidade especial tenha acesso a um conjunto de apoio e recurso que minimizem as dificuldades enfrentadas com base na sua deficiência.
Perguntas	Professores
18. Durante sua vivencia, já depa-rou-se com alunos com necessidades especiais?	Dos onze (11) participantes cinco (05) responderam que não e seis (06) responderam que sim.
19. Qual a sua opinião em relação a inclusão de alunos com necessidades especiais nas turmas de ensino regular?	Todos os participantes responderam sim referente a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.
20. Você percebe alguma diferença em relação ao processo ensino-aprendizagem entre os alunos com necessidades especiais?	Ambos os participante responderam que sim.
21. Quais suas dificuldades no processo de ensino (alfabetização e letramento) dos alunos com necessidades especiais.	Dos participantes Seis (06) responderam que as dificuldades é a falta de comunicação com alunos de acordo com suas necessidades e cinco (05) responderam a falta de conhecimento.
22. Como você realiza a avaliação sobre leitura e escrita dos alunos com necessidades especiais.	Um (01) respondeu que avalia por meio das expressões gestuais e cinco (05) responderam que avaliam de acordo com as necessidades apresentadas.

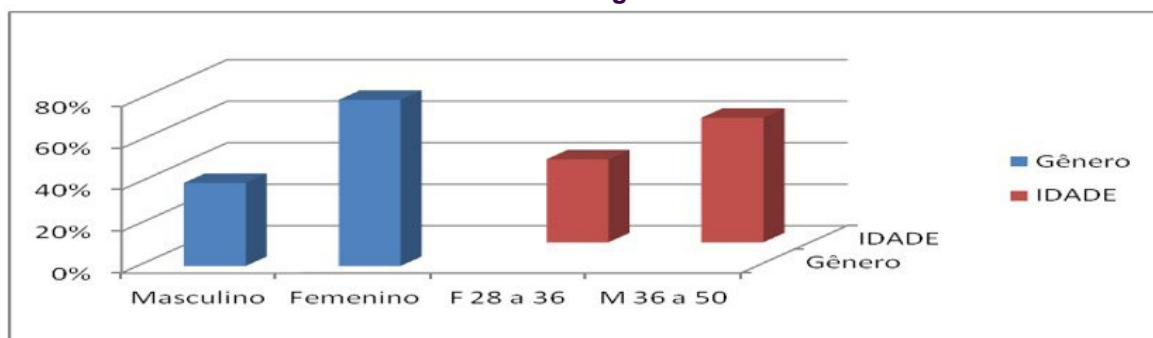
23. Como é sua prática pedagógicas com os alunos com necessidades especiais?	Seis (06) responderam que em parte suas metodologias é diferente dos ditos normais e cinco (05) responderam que não é diferente.
24. Quais as adaptações curriculares realizadas pelo professor na sala de aula de alunos com necessidades especiais?	Dos participantes cinco (05) responderam que utilizam materiais didáticos para cada dificuldade apresentada pelos alunos com necessidades especiais e seis (06) responderam te um olhar mais pedagógico direcionado a este aluno, desenvolvendo atividades que ajude-os da melhor maneira.
25. O que você considera que precisa ser feito pela secretaria de educação para que os alunos com necessidades especiais sejam efetivamente incluído no contexto e cotidiano escolar?	Todos responderam que haja mais formação continuada e capacitação dos profissionais para uma educação inclusiva.

Fonte: própria autora

Motivos proposto. Para Lakatos, (2019, p. 339) “o questionário é composto de um conjunto de questões que se submete ao pesquisado, objetivamente obter informações que serão necessários ao desenvolvimento da pesquisa”.

Por isso, a primeira contém informações gerais que buscar evidenciar as características de gêneros e idades do grupo pesquisado.

Gráfico 1 - dados do gênero e Idade



Fonte: própria autora/2021

O gráfico 1, pode se observar que os participantes do gênero feminino foi superior ao gênero masculino com idades entre 28 a 34 foram homens e 35 a 50 mulheres isso mostra que no atual sistema educacional as mulheres situa-se em número superior.

Segundo, Minayo, (2019) salientar que a análises e interpretação em uma pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar as opiniões de pessoas e para (GIL, 2019) estabelecer uma relação descritiva, sistemática dos conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Libras, Língua Brasileira de Sinais é inclusiva todos que a utilizam, pois a mesma tem que ser inseridos desde o começo da vida dos surdos e pessoas sem deficiências, por que ser inserido e inserir e um olhar diferenciado e nem julgá-los pobres coitados. Porem os alunos surdos desenvolve varias capacidade tais como trabalhar, utilizando linguagem sinais e gestos, utilizando as mãos o rosto e o troco, as series iniciais são a base de tudo pois por lei a libras deveria ser matéria incluída no cotidiano escolar. Inclusão e fundamental pois a sociedade brasileira fala duas línguas o Português e a libras.

O objetivo foi sobre os componentes metodológicos sociocultural, ou seja, a inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar. Aos poucos foi percebido que as escolas não estão em busca de uma boa educação, mas inclusiva no seu processo de aprendizagem, mas em contra partida, ainda deparamos com professores que não conseguem ensinar a turma toda sem exceções.

Mas em contra partida ainda tem os professores que desconhecem de fato o que é inclusão dessa forma não sabe que metodologia aplicar quando depara-se com alunos com necessidades especiais, esse argumento de não está preparado pode –se confirmar com o teórico Mantoan que salienta (2003, p. 78) “o argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho”. ou seja, não buscam novas metodologias. Embora possa demorar o caminho da inclusão do aluno com necessidades especiais, a importância que essas inovações pedagógicas tem no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádya Maria Ribeiro. Aquisição da Linguagem: Considerações da Perspectiva da Interação Social. In: Eduardo Remor. (Org.). Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003, Paraíba. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n2/a13v16n2.pdf>>. Acesso em: 10/10/2016.

BRASIL. Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 29/05/2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília-DF, 2 dez. 2004.

BRONFENBRENNER, Urie. A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos naturais e Planejados. Tradução de Maria Adriana Verissimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

FELIPE, Tanya A. Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 6ª Edição. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/89900638/Professor-MEC-LibrasEmContexto>>. Acesso em: 27/08/2016.

FONTANA, R.A.C. A elaboração conceitual: a dinâmica das interlocuções na sala de aula. In: SMOLKA, A.L.B.; GÓES, M.C.R.de (Org.). A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. 5. reimpr. Campinas, SP: Papirus, 1997. p.121-151.

GÓES, M. C. R. de. Linguagem, Surdez e Educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. São Paulo: Cultrix, 2010.

LODI, A.C.B. A leitura como espaço discursivo de construção de sentidos: oficinas com surdos. 2004. 257f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004a.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2009.

MAY, Guilherme Henrique. Labov e o fato social. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94780/294411.pdf?sequence=1>>. Acesso em 13/10/2016.

MOURA, Maria Cecília de. Surdez e linguagem. In: Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. LACERDA, Cristina Broglia Feito a de; SANTOS, Lara Ferreira dos. (Orgs.). São Carlos: EdUFSCar, 2014.

/Texto_Base_Aquisi_o_de_L_inguas_de_sinais_.pdf>. Acesso em: 08/08/2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIEIRA, C.R. Educação de surdos: problematizando a questão bilíngue no contexto da escola inclusiva. 2011. 82f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.